



PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E CONFLITUALIDADES NAS COMUNIDADES BAIXIO DAS PALMEIRAS, BAIXIO DOS OITIS E BAIXIO DO MUQUÉM, NO MUNICÍPIO DE CRATO–CE.

SILVA, Joelha Alves da.¹
SOUSA, Leandro Alves de.²
PIANCÓ, Ana Roberta Duarte.³

Resumo:

O presente trabalho é fruto da pesquisa de Iniciação Científica – IC, financiada pela Fundação Cearense de Apoio à pesquisa – FUNCAP, nas comunidades do Baixio do Muquém, Baixio dos Oitis e Baixio das Palmeiras, localizadas na zona rural do município de Crato – CE, na região Sul cearense. O objetivo central do trabalho é apontar e discutir os principais impactos causados pela implementação do projeto Cinturão das Águas do Ceará – CAC, bem como identificar as formas de resistências das comunidades citadas frente à execução da obra.

Palavras-chaves: Conflitos; Desterritorialização; Resistência;

Introdução:

O presente trabalho é fruto da pesquisa de Iniciação Científica – IC, financiada pela Fundação Cearense de Apoio à pesquisa – FUNCAP, nas comunidades do Baixio do Muquém, Baixio dos Oitis e Baixio das Palmeiras, localizadas na zona rural do município de Crato – CE, na região Sul cearense, que segundo o IBGE (2010) possui 121.428 habitantes. O município de Crato faz parte da Região Metropolitana do Cariri - RMC, e abrange uma área de 1.176.467 km².

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em Geografia na Universidade Regional do Cariri-URCA. Bolsista Extracurricular, PROAE – URCA. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária – GEA/URCA. E-mail: joelha.alves@hotmail.com.

² Graduando em Licenciatura Plena em Geografia na Universidade Regional do Cariri-URCA. Bolsista Extracurricular, PROAE – URCA. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária – GEA/URCA. E-mail: leandro32alves12@gmail.com

³ Mestre em Geografia pela UFPE, líder do Grupo de Pesquisa CNPq Território, Espaço e Movimentos Sociais – GEA/URCA. roberta.pianco@urca.br.



O objetivo central do trabalho é apontar e discutir os principais impactos causados pela implementação do projeto Cinturão das Águas do Ceará – CAC, bem como identificar as formas de resistências das comunidades citadas frente à execução da obra.

E necessário ressaltarmos inicialmente que as três comunidades estudadas pertencem a um único distrito que é o “Baixio das Palmeiras” e que além delas existem outras localidades pertencentes a ele, porém propomos a analisar apenas estas 3 comunidades. Assim, verificamos que grande parte de seus moradores moram nessas localidades há pelo menos 50 anos, e que podem ser vistos como trabalhadores “camponeses” que junto com a família trabalha em coletivo na busca de obter lucro para a sua família, e o pouco excedente que sobram eles trocam por outros alimentos. Assim de acordo com Brito (2016, p.187):

Os nomes das comunidades Oiti, Muquém e Palmeiras estão relacionados a árvores nativas da região e a chapada do Baixio faz referência à chapada do Araripe. Essa comunidade está localizada em uma elevação de relevo considerável, de onde se vê boa parte das comunidades.

Quando falamos sobre a qualidade de vida das comunidades, podemos destacar que elas são comunidades humildes, que trabalham para seu próprio sustento, compostos por um número significativo de camponeses e pequenos produtores de baixa renda, onde muitos deles, não são donos da terra e que desenvolvem suas culturas e criam pequenos animais.

Entretanto, no mundo atual em que vivemos, é visível constatar que muitas pessoas presam pela qualidade de vida e do bem estar, que nas últimas décadas vem se tornando constante na vida de qualquer cidadão, todavia a forma como o sistema capitalista se impõe nas sociedades apenas poucas pessoas tem a possibilidade de desfrutar dos benefícios desse sistema, enquanto uma grande maioria não consegue gozar os mínimos elementos básicos, e outros nem o mínimo/básico tem acesso.

Para que a execução do trabalho tornasse possível, aplicamos um questionário com alguns moradores residentes das três comunidades, a fim de conseguirmos diagnosticar com mais precisão os conflitos territoriais, sociais culturais e ambientais percebidos pelos moradores e suas seguintes indagações referente a construção desse projeto. Como resultado disso é latente afirmar, que pelo menos 14% dos camponeses que responderam o questionário, declararam que não sabem nada sobre o CAC, os que



dizem que sabem algo, afirmaram que somente souberam que o projeto iria passar na comunidade, no final do ano de 2009, sem muito detalhamento da obra e de seus impactos.

Nosso primeiro contato com a empresa VBA que ganhou a licitação para fazer o estudo do impacto ambiental e o diagnóstico das pessoas que possivelmente iriam receber indenizações, aconteceu em 2010, onde de forma arbitrária técnicos entraram nos terrenos dos moradores sem pedir autorização para colocação de marcos do trajeto da obra nas comunidades.

É pertinente destacar que, com a construção do projeto CAC, a direção de água advinda da transposição do Rio São Francisco será modificada, pois, “[...] dos 45 m³/s que seguiriam, diretamente, para o Açude Castanhão, 30 m³/s alimentarão o CAC e os outros 15 m³/s terão o rumo originalmente pensado” (BRITO 2016, p. 98).

Nessa perspectiva, O CAC terá três trechos e seis ramais, sendo o primeiro trecho de Jati a Nova Olinda, percorrendo 153, 6 km no sentido Leste – Oeste. O trecho 2 seguirá de Cariús a Jaguaribe/Poti, o trecho 3 é de Jaguaribe/Poti a Acaraú, para compreendermos melhor apresentamos o mapa do projeto.



Figura 01 – MAPA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ (CAC)

FONTE: Governo do Estado do Ceará; Secretaria dos Recursos Hídricos. Disponível em: <http://atlas.srh.ce.gov.br/arquivos/documentos/Aprenset_Cinturao_das_Aguas.pdf>. Acesso em: 04 de ago. de 2017.

Cabe realçar que, as críticas advindas nesse trabalho, não são contra o projeto em si, ou contra a distribuição de água, e sim, como são direcionados, de



acordo com o modelo de desenvolvimento que o Brasil, o Nordeste tem proposto para os cidadãos. Sendo assim, criticamos o Estado e sua forma de atuar com as comunidades, com pouco diálogo, através de invasões de propriedades pela empresa VBA Tecnologia, serviços e Engenharia SA, desmatando áreas preservadas pela comunidade para colocações dos marcos do trajeto do canal.

Nessa perspectiva, assistimos na Região do Cariri Cearense o crescimento da agricultura comercial, enquanto que o modo de vida camponês sofre um impacto devastador. Como exemplo, destacamos o que tem acontecido com a comunidade 10 de abril que com o avanço da Obra Cinturão das Águas do Ceará – CAC no município de Crato – CE, no qual somente no ano de 1990 inicia-se uma discussão muito incipiente, somente realizada com a participação de técnicos do Estado do Ceará, Empresa vencedora da Licitação VBA e técnico da Prefeitura local e pessoa das comunidades onde foi apresentado o projeto, destacando as comunidades que seriam beneficiadas pelo CAC e com a construção de um canal cruzando o Sul do Ceará.

Conforme o depoimento dos camponeses das comunidades investigadas, até aquele momento eles não tinham noção dos impactos que essa obra causaria nas suas vidas e das comunidades. De acordo com BRITO (2016) e NOBRE (2015) até o ano de 2013 todos os estudos preliminares do Trecho que vai de Jati a Nova Olinda estavam concluídos. No primeiro trecho da obra, Jati receberá numa barragem as águas da Transposição do Rio São Francisco e de lá segue no Trecho do CAC até o Cariús.

Com isso, a partir do avanço das ações da empresa vencedora na licitação para execução de estudos e início das obras do CAC no Cariri e no município de Crato os moradores das Comunidades: Baixio das Palmeiras, Baixio dos Oitis e Baixio do Muquém, começaram a perceber que seriam diretamente impactados com o avanço da obra no Distrito Baixio da Palmeiras e passaram a questionar o discurso do governo e dos técnicos que falavam que o CAC seria a solução para minimizar a escassez de água ou seca no Nordeste Brasileiro e especificamente no Ceará.

Começaram então um movimento para cobrar do poder público e da empresa VBA explicação sobre a obra e seus impactos, sociais, ambientais e no modo de vida da comunidade. Como não tinham respostas, o movimento de



resistência foi crescendo, ganhou as redes sociais ao lançar um vídeo Baixo Preocupado, indo às ruas do município de Crato denunciar uma serie de violações que estavam acontecendo nas comunidades, como, entrada de técnicos da empresa VBA desmatando e colocando marcos por onde o canal iria passar, sem pedir autorização as famílias, pressão sobre as famílias para assinatura em documento para que fosse realizado estudo e cálculo para indenização por conta da desapropriação, assim como, o fato de não tinham acesso as informações que sempre foram negadas.

As principais dúvidas dos moradores eram: Quantas famílias de fato seriam desapropriadas? Qual seria o valor das indenizações? Quais critérios seriam utilizados? Dentre outras questões apontadas no campo realizado. As pessoas entrevistadas afirmaram que não são contra a obra, mas sim, contra o processo de desterritorialização que está provocando a perda de suas moradias, do acesso à terra de trabalho e o acesso a água que é abundante nas comunidades.

De acordo com os entrevistados, os trabalhadores da VBA que davam justificativas, comunicavam que eles (os moradores) iriam ter que sair das suas casas para o início das obras, não havendo clareza, conforme já mencionamos sobre áreas diretamente afetadas, causando receio e preocupação nos camponeses das comunidades, principalmente os mais idosos.

Diante disso, o contato com as comunidades tradicionais, como as comunidades pesquisadas, tornou possível a observância de uma população que é composta por camponeses e pequenos produtores, que não possuem do direito à terra na maioria dos casos, sendo subjugados ao arrendamento para ter acesso à terra de trabalho. Além disso, é importante salientar que as comunidades nestes últimos anos vêm sofrendo frente ao avanço do modelo agrícola direcionado para agronegócio em detrimento da agricultura camponesa existente no Cariri.

Com a pesquisa de campo foi diagnosticado a insatisfação dos moradores frente ao projeto, visto que os mesmo em seus depoimentos ressaltavam que o projeto está beneficiando os interesses do agronegócio e de empresas privadas. Com relação ao agronegócio (Fernandes 2014, p.1) pontua que:



Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. O modelo não é novo, sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde o princípio do capitalismo esse modelo passa por modificações, intensificando a exploração da terra e do homem. (FERNANDES, 2014, p.1)

Com relação ao discurso ideológico da agricultura convencional, percebemos que infelizmente ele tem afetado o modo de vida dos camponeses através de introdução de práticas que degradam os bens naturais. Ele busca devastar a agricultura das comunidades tradicionais, tanto, camponesa como, familiar, pois além da concentrar terra e água, o próprio Estado disponibiliza mais investimentos, tecnologia, inovação e assistência técnica, fortalecendo cada vez mais a agricultura capitalista. Essas práticas que são difundidas através do poderoso discurso midiático imposto pelo agronegócio esconde sua verdadeira face, como observa Fernandes 2014:

A agricultura capitalista não pode esconder o que está na sua lógica: concentração e exploração. O agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas. Torna-se o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. (FERNANDES, 2014, p.1).

Nesta mesma perspectiva, (NOBRE, 2015) acrescenta que nos últimos governos do Estado do Ceará fizeram um grande esforço para se enquadrar nesse modelo, com a criação de uma série de programas, projetos e construções de grandes obras, dessa maneira o governo do estado tem investido na abertura para o grande capital agrícola e industrial. Como esse modelo necessita de uma crescente demanda de água, o órgão que gerencia os recursos hídricos no Estado tem fortalecido o discurso baseado na escassez de água para colocar em prática tais projetos.

Quando nos reportamos sobre as comunidades verificamos que elas são compostas na sua maioria por camponeses e pequenos produtores de baixa renda, onde desenvolvem suas culturas e criam pequenos animais, conforme dados colhidos através da aplicação de questionário com moradores das comunidades Baixio das Palmeiras,



Baixio do Muquém e Baixio dos Oitis no ano de 2017 e início de 2018, os produtores são, meeiros, parceiros e arrendatários.

Metodologia

Para a execução dos objetivos propostos foram feitas as seguintes etapas que cremos que foram essenciais para a elaboração de nossas reflexões e conclusão. A primeira etapa baseou-se em levantamento bibliográfico relacionado aos conflitos gerados pela implementação do projeto Cinturão das Águas do Ceará – CAC. Dentre os principais autores pesquisados podemos destacar: BRITO (2016), NOBRE (2015) e FERNANDES (2011).

Na segunda etapa realizou-se uma coleta de dados primários através de visitas realizadas no campo, utilização de mapas cartográficos, GPS e entrevistas com questionário semiestruturado aplicados a 40 do total de 250 famílias das três comunidades pesquisadas. Baseamos nosso trabalho a partir de uma perspectiva quali-quantitativa, pois buscamos apresentar elementos sociais referentes aos camponeses.

Objetivos

Tendo como objetivo central apontar e discutir os principais impactos causados pela implementação do projeto Cinturão das Águas do Ceará – CAC. Propomos a presente pesquisa com o objetivo de analisar as relações que perpassam nas cercanias nas comunidades Baixio das Palmeiras, Baixio do Muquém e Baixio dos Oitis, com a implementação da obra hídrica, além de que pretendemos identificar as formas de resistências das comunidades citadas frente a execução da obra.

No sentido de atingir um bom resultado no trabalho, verificamos o acesso a terra e água para os produtores nas comunidades, bem como, as políticas públicas acessadas pelos camponeses e os impactos ocasionados, negativos e positivos nas comunidades advindos pelo respectivo projeto.

Ao fazermos uma abordagem desse projeto em um contexto amplo de alguns tempos para cá, percebe-se que a implementação de grandes obras hídricas tanto no Brasil quanto no Nordeste tem destruído as relações afetivas, de convivência aumentando cada vez mais o individualismo dos moradores nas comunidades, trazendo um conjunto de problemas que tem se intensificado.



Ao conhecermos as comunidades, conseguimos identificar que as maiorias dos moradores que residem nos termos das localidades que nasceram ali, e o vinculo que eles têm com as comunidades de extrema importância, pois desde o nascimento estão presentes nessas comunidades, e isso reflete fortemente em uma identidade tanto social como cultural que foi conseguida com o passar dos anos.

Um dos vídeos feitos pela comunidade foi o “O baixio preocupado”, e este ratifica de maneira real e concreta o que buscamos ressaltar nesse trabalho, pois ele vem abordar a indignação dos moradores mediante a construção da obra. Os moradores ainda destacam que a obra não beneficiara os moradores, muitos citam que no momento em que solicitaram a construção das obras nas localidades, o estado não procurou o dialogo com os moradores residentes das comunidades estudadas, e como de sempre buscam apenas facilitar o acesso do capitalismo frente as comunidades que podem favorecer lucro para agronegócios.

É notório percebermos que a atuação do CAC nas comunidades do Baixio do Muquém, Baixio das Palmeiras e o Baixio dos Oitis, não irá beneficiar a estas localidades, pois ao estudarmos a atuação dele na região, percebe-se que com a intensificação do projeto as obra tem buscado apropriar-se das terras dos agricultores rurais que ali produzem para poder sustentar a sua família, e estão sendo obrigados a entregar seus terrenos sem saber ao certo valor de indenização e até mesmo se vão ter acesso à outra terra que possam continuar produzindo acarretando sérios impactos para a população que reside na localidade.

Ao fazermos uma analise nas comunidades, conseguimos observar que muitas das famílias produzem no quintal produtivo de sua casa, onde os alimentos que eles produzem são: feijão, milho, milho de fazer pipoca, goiaba, acerola, manga, cheiro-verde, dentre outros alimentos que servem para subsistência familiar e também para que eles possam vende uma parte (excedente) mesmo que pequena para trocar por outros alimentos que não são produzidos nas localidades, ou seja, relação puramente camponesa.

Sobre o conflito dos agricultores familiares que estão sendo atingidos pela obra, Nobre (2015) pontua que:

É visível que grades obras como a Transposição das Águas do Rio São Francisco e o Cinturão das Águas do Ceará tenham uma orientação essencialmente comercial.



Outro exemplo é o Açude Castanhão, Antes da obra, as comunidades no entorno utilizavam a água do rio Jaguaribe, hoje é abastecida por carros pipas. Mas, segundo o Coletivo Nigéria (2013), não falta água para a fazenda melancias da agropecuária Esperança que pertence a um dos maiores grupos econômica do Ceará. Alguns pequenos produtores rurais até conseguem outorga, ‘mais como a instalação da adutora é responsabilidade de quem solicita a outorga os trabalhadores não tem como bancar o custo’ (Nigéria, 2013). (NOBRE, 2015, p. 123-124).

Assim vemos que a presença do processo de desterritorialização e conflitualidades nas localidades e algo que nos últimos anos tem se tornado real, e preocupante cada vez mais. Quando olhamos para as localidades percebemos que grande parte dos moradores adquirem seu sustento e o da sua família através de suas plantações, e ainda isso nem todos têm essa possibilidade, pois o acesso à ela não é para todos. Além disso, ao concluir esse projeto as famílias podem perder o seu acesso à água que usam para seu próprio consumo, retiradas em cisternas, poços ou pela rede de distribuição de água do município.

Mediante a essa perspectiva, ao desenrolar do projeto nas comunidades, faz-nos entender que a obra não ficará disponível para a população já que antes do termino do dele, muitos moradores já estão sendo afastados do local, buscando refugio em outros lugares que possam construir sua vida plantando e colhendo em locais sem ter o conflito por terras.

A respeito do acesso a agua, é perceptível que ainda muitos moradores têm acesso a terra, entretanto o projeto CAC mostra uma situação que permite pensar que a obra ira ser para todos, e que todos terão acesso às terras e que ajudaria na escarces agua no Estado no Ceará. No entanto, não é isso que pode ser constatado em outras obras hídricas no próprio Estado do Ceará, pois a base do capitalismo e a “obtenção do lucro” têm sido o objetivo dessas obras, facilitado pela privatização das águas, nesse sentido, a quem o Estado deveria beneficiar, somente trará malefícios. Bem como, não será capaz de possibilitar um gerenciamento democrático das águas, para então, se ter uma distribuição igualitária dos recursos hídricos para a população que verdadeiramente necessita.

Desta maneira é possível afirmarmos que a obra como muitas outras implementadas no Ceará, não será suficiente para que pudesse acabar como a seca no Nordeste, ou melhor, não será capaz de ter um gerenciamento democrático, para



então, se ter uma distribuição igualitária dos recursos hídricos para a população que verdadeiramente necessita.

Conclusão:

Através de vários estudos sobre essa temática, conseguimos entender a necessidade de estudarmos e discutirmos esses assuntos no nosso cotidiano, visto que, esse projeto do governo que era para facilitar o acesso a água para todas as pessoas das comunidades citadas, quanto a outros municípios que vem sofrendo com a escarces d'água, vem como uma preocupação, é tem se tornado de alguns tempos para cá um dos problemas que mais tem acarretado conflitos nas comunidades por se tratar de um impacto ambiental, hídrico e pessoal (perca de identidade memória).

Diante desse quadro, concluímos que as obras do Cinturão das Aguas no Ceara- CAC tem desde seu inicio afetado diretamente e indiretamente as comunidades citadas, uma vez que percebemos que suas áreas têm a cada momento sendo atingidas e tomadas pelo projeto, degradando bastante o seu solo de suas áreas. Deste modo, é perceptível a compreensão de que com o andamento das obras na localidade, o desânimo têm atingido os moradores que ali vivem.

Conforme o que já pudemos salientar anteriormente, devido à construção da presente obra, preocupações têm surgido, em virtude de sua perda da identidade cultural ou por terem que passar por todo o processo de saída de suas residências e serem obrigados a construir uma casa nova, uma nova vida, sabendo eles que o valor da indenização disponibilizado pelo Estado é muito baixo, e que não será equivalente para adquirir o terreno e construir outro imóvel nas localidades.

Constatamos que, a presente obra está trazendo para as comunidades mais transtornos do que benefícios. Através das visitas e trabalhos de campos realizados nas comunidades foi possível diagnosticar que os moradores não estão satisfeitos com a obra e sim, preocupados pelo que possa acontecer com suas propriedades e com as suas famílias, sendo assim, a obra torna-se um fato negativo aonde se considera impactados, diferente da perspectiva do Estado que acredita beneficiar as comunidades e os camponeses.



Mediante aos conflitos que a obra tem trazido para as comunidades, nota-se que elas têm dado uma resposta fundamental frente a essa obra que é a sua “resistência”. A resistência camponesa é um dos pontos fortes, que alicerçam e fortalece as colunas dos vínculos entre os camponeses e comunidades, lutam para reexistir, batalham para não serem enquadrado e subordinado na dinâmica que perpassa as relações do capital, que aliena e esconde os pequenos produtores, expropriando os mesmo, de acordo com os seus interesses, onde somente pensam no lucro, que irão obter, com a construção, termino e funcionamento destes megaprojetos.

Após o movimento de resistência ganhar as ruas em passeatas e nas redes sociais, reuniões nas universidades (URCA e UFCA) conseguiram finalmente a realização de audiências públicas na câmara municipal do Crato, no Distrito Baixio das Palmeiras e por último no Assentamento 10 de Abril (outra área atingida) na qual conseguiram minimizar os impactos, uma vez que no projeto original do CAC pelo Distrito 125 casas seriam atingidas, na nova versão do projeto a empresa afirma que o CAC atingirá 17 moradores e algumas propriedades. Entretanto hoje os moradores das comunidades têm a consciência que o impacto será muito maior, a exemplo do já aconteceu na comunidade de Barro Branco sendo que mais de 30 famílias foram desterritorializadas, além dos Distritos de Monte Alverne e no Assentamento 10 de Abril em Crato.



Figura 02. Seminário das associações rurais do Distrito Baixio das Palmeiras. Fonte: TAVARES (2017).



Como resultado dessa resistência, percebemos alguns frutos que ela tem gerado, tal como a obra não ter dado início, tendo apenas alguns marcadores que foram colocados em meio às comunidades com o objetivo de que ela venha a ser construída logo depois. Por fim, torna-se relevante destacar que os movimentos de resistência retardaram e até mesmo, existe promessa de diminuição dos impactos sobre as comunidades investigadas, graças à circulação em rede sociais do vídeo “Baixio Preocupado” que provocou uma articulação maior entre as comunidades.

Outras formas de resistências foram colocadas em prática, sobretudo no meio jurídico como as denúncias aos órgãos competentes. Nessa proposta de resistir, percebemos que este movimento tem crescido bastante, dando origem ao Fórum das associações rurais, onde dezenas de pessoas se reúnem na comunidade do Baixio das Palmeiras em prol de refletirem assuntos como a conjuntura política, o desenvolvimento que se tem dado o projeto do CAC, debates sobre as políticas públicas como Seguro Safra e seus precedentes e outros assuntos que sejam importantes para as comunidades. A criação do fórum das Águas do Cariri, também é algo que foi conquistado pelas comunidades, onde este movimento reflete e discute sobre a gestão das águas, indo além das discussões dos Impactos do CAC no Cariri e no Ceará.

Diante desse cenário, cabe realçar que a finalidade do discurso desenvolvimentista sempre é a obtenção do lucro/capital, junto a isso vem busca incessante de tê-lo. Entretanto, para que haja uma continuidade de suas ideias para implantação de projetos, torna-se necessário inicialmente "mascarar suas propostas" afirmando de que perpassem um discurso mentiroso de que tais obras beneficiaram a todos trazendo benefícios as comunidades e aos indivíduos que ali moram. Contudo ao desenvolverem suas dinâmicas no determinado território, a ideia que outrora era "ajudar" torna-se um pensamento de excluir a comunidade do local afetando diretamente a dinâmica que tinha sido estabelecida, perdendo a cada dia sua identidade e suas culturas.

Daí a importância do movimento de resistência que busca não somente a defesa de seu território, mas acima de tudo, o direito de produzir uma agricultura familiar camponesa sem uso de agrotóxicos, um modo de vida que está balizado no bem viver e



não, no lucro desenfreado que não respeita a história e a identidade do lugar e das pessoas do território.

Referências

BRITO, Anderson Camargo Rodrigues. **Águas para que(m): grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará.** – 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O novo nome é agribusiness.** Presidente Prudente: UNESP, 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=&codmun=230420&search=ceara|crato|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>>.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência, a questão política no campo.** 3ª ed. São Paulo, editora Hucitec, 1991.

NOBRE, Francisco Wilian. **Baixio das Palmeiras: Apontamentos Geográficos, Culturais e Historiográficos.** Juazeiro do Norte: BSG, 2015.

STEDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária no Brasil 70 anos de debate na década de 2000.** 1. ed. São Paulo: Expressão popular. 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** Editora Cortez, 2016.



IX SINGA

X SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
IX SIMPÓSIO INTERNACIONAL

PARA ALÉM DAS CERCAS QUE NOS CEGAM:
AS NATUREZAS DAS R-EXISTÊNCIAS
NO CAMPO NA AMÉRICA LATINA

11 a 15
NOVEMBRO
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE PERNAMBUCO
ISBN: 978-85-415-1148-3